

INFORME PUBLICITÁRIO

Ano 15 Nº 3170 • Dia 28 de Março de 2026 • www.ovale.com.br

NO COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, **TODO MUNDO ESTÁ DO MESMO LADO.**

Câmara de São José dos Campos pelo fim do feminicídio,
abuso sexual e todas as formas de violência

**Não se cale.
Denuncie.**



CONDOMÍNIO DE SÍTIO DE RECREIO

- CÂMARA FEZ AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE NOVA MODALIDADE DE LOTES VOLTADOS AO LAZEREUSO RESIDENCIAL NA ZONA RURAL. **PÁGS. 2 E 3**

CÂMARA DO TEMPO

- NOVO PROGRAMA DA TV LEGISLATIVA CONVIDA A VIAJAR AO PASSADO A PARTIR DE FOTOS HISTÓRICAS E RESGATA O CONTEXTO DA ÉPOCA. **PÁGS. 4 E 5**

REFERÊNCIA PARA O FUTURO

- UNIVERSITÁRIOS DE COMUNICAÇÃO VISITAM A TV CÂMARA PARA CONHECER ESTRUTURA E ROTINA DE PRODUÇÃO EM UMA EMISSORA LOCAL. **PÁG. 7**

#OCUPAÇÃO DO SOLO

REGULARIZAÇÃO. DISCUSSÃO SOBRE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO RURAL REÚNE AUTORIDADES E SOCIEDADE CIVIL



Plenário lotado. Participação popular marcou o debate sobre regras para implantação de SIR na zona rural de São José dos Campos

CIDADÃOS DEBATEM REGULARIZAÇÃO DE CONDOMÍNIOS DE LAZER EM AUDIÊNCIA NA CÂMARA

Projeto estabelece exigências urbanísticas, ambientais e de infraestrutura

A Câmara Municipal de São José dos Campos realizou, no dia 23 de março, audiência pública para ouvir sugestões da população ao projeto de lei complementar 42/2025, que estabelece regras para implantação e regularização dos condomínios de Sítio de Recreio (SIR) na Macrozona

de Potencial Turístico, mediante contrapartida financeira referente à transformação do solo rural em bolsão urbano. A reunião foi conduzida pelo presidente da Câmara, vereador Roberto do Eleven (PSD). Também compuseram a mesa de trabalho o presidente da Comissão de Justiça do Legislativo, vereador Zé Luís

(PSD), o diretor de planejamento urbano da Prefeitura, Paulo Henrique Caon, e o chefe de seção de apoio às comissões, Rafael Hoffmann. Na abertura, Caon explicou os aspectos técnicos da proposta. Segundo ele, cerca de dois terços do território de São José dos Campos é composto por área rural, onde já existem par-

celamentos irregulares. Nesse contexto, o projeto surge como uma alternativa para organizar e regularizar essas ocupações, além de estabelecer um modelo ordenado para futuros empreendimentos, reduzindo custos ao município. Caon destacou que a legislação não permite a implantação de condomínios em zona rural, mas

que a criação de “bolsões urbanos”, prevista na proposta, viabiliza esse tipo de ocupação de forma legal e planejada, mantendo o caráter de área privada. Ainda há uma redução de IPTU para esses condomínios. Participaram do debate moradores, ambientalistas e representantes de movimentos sociais e pela regularização



INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio
CONTEÚDO PATROCINADO



Mesa de trabalho. Vereadores e representantes do Executivo ouviram demandas da população sobre impactos urbanísticos e ambientais da proposta



Debate abordou impactos como aumento de tráfego, necessidade de estudos ambientais e preservação de mananciais

fundiária. Também acompanharam a audiência os vereadores Lino Bispo e Senna (ambos do PL), que se inscreveram para se manifestar, e Sidney Campos (PSDB).

Além dos dois parlamentares, outros 12 cidadãos inscritos usaram o microfone para apresentar sugestões e fazer questionamentos sobre o projeto, com tempo de 3 minutos cada. Entre as manifestações, pedido de esclarecimentos sobre a cobrança da outorga onerosa, especialmente quanto ao valor do metro quadrado; o domínio das áreas de preservação ambiental; a garantia de segurança e acolhimento às famílias que já residem nas áreas irregulares; o direito de construir e a documentação exigida.

Também houve sugestões quanto ao uso da contrapartida financeira para que sejam investidos em infraestrutura local, ao menos em áreas de

regularização fundiária (Reurb-S), e de revisão para baixo da alíquota de 0,25%. Parte do público inscrito avaliou que a proposta tende a beneficiar a população de maior renda e o setor imobiliário, e citou a existência de outros loteamentos irregulares na cidade aguardando regularização. Foram levantadas preocupações com a infraestrutura viária na região norte, especialmente em relação à rodovia SP-050, que não é municipalizada e pode não suportar

o aumento do tráfego. Alguns questionamentos trataram do licenciamento ambiental do projeto e se estava em concordância com o estudo de macrodrenagem do município.

Outras preocupações apontadas envolveram a necessidade de estudo de impactos ambientais e eventos climáticos extremos; reforço na fiscalização ambiental; mudanças na paisagem local; ausência de políticas públicas voltadas à população de baixa renda na região; e o alto custo para

regularização das moradias já existentes.

Entre os vereadores, Senna destacou que o texto do projeto pode não refletir a realidade dos moradores da região, que podem ter dificuldades para arcar com os custos da regularização. Ele defendeu a realização de nova consulta pública pela prefeitura para mais esclarecimentos da proposta. Já o vereador Lino Bispo sugeriu a revisão de parâmetros, como a metragem das áreas, para possibilitar um modelo menor e fi-

nanceiramente mais adequado aos moradores locais.

Para finalizar, o diretor de planejamento urbano, Caon, esclareceu que a gestão das Áreas de Manejo e Reserva Ambiental (AMRA) serão de responsabilidade do próprio condomínio.

Ele explicou que os valores da outorga variam conforme as características de cada lote e que não cabe à Prefeitura indicar empresas para execução de obras particulares. Ressaltou ainda que a proposta prevê empreendimentos de baixa densidade, que não se trata de regularização fundiária e que o licenciamento ambiental será exigido em todos os casos.

Segundo ele, a regularização poderá ser parcelada em até três vezes, sem previsão de financiamento público, cabendo aos interessados buscar alternativas no sistema financeiro. Caon também afirmou que o projeto poderá passar por ajustes ao longo do tempo. ■

OPROJETO

SAIBA MAIS. A proposta, protocolada pela Prefeitura em dezembro de 2025, regulamenta a permissão já prevista na Lei 701/2025, aprovada no ano passado, que autorizou esse tipo de empreendimento mediante contrapartida financeira pela conversão do solo rural em urbano.

A proposta define critérios técnicos para implantação dos SIRs na Macrozona de Potencial Turístico, além de regras para regularização de loteamentos já existentes na zona rural, exceto na Área de Proteção Ambiental de São

Francisco Xavier. Entre os principais pontos apresentados na proposta, estão a exigência de infraestrutura mínima — como abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, drenagem e pavimentação — e a destinação de pelo menos 50% da área total para preservação ambiental, por meio da AMRA. Também foram detalhadas as condições para a Outorga Onerosa de Alteração de Uso do Solo (OOAUS), cujos recursos serão destinados ao Fundo Municipal de Habitação. O texto ainda estabelece parâmetros urbanísticos, como

área mínima de 50 mil m² para a gleba e lotes com, no mínimo, 5 mil m² nos novos empreendimentos. Já nos casos de regularização, poderão ser contemplados parcelamentos com mais de um terço dos lotes ocupados até 2025, desde que atendam às exigências legais, incluindo compensações ambientais. Ao final da audiência, foi reforçada a importância da participação popular na construção da proposta, que segue em tramitação na Câmara e ainda será analisada pelas comissões antes de ser levada à votação em plenário. ■

50
MIL METROS QUADRADOS de área mínima para a gleba é o que define o texto, que estabelece parâmetros urbanísticos

5
MIL METROS QUADRADOS é a área mínima exigida para cada lote nos novos empreendimentos, de acordo com o texto

#TV CÂMARA



CÂMARA MUNICIPAL SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

MEMÓRIA. FOTOS HISTÓRICAS CONVIDAM A REVISITAR O PASSADO E COMPREENDER O CONTEXTO DA ÉPOCA NO NOVO PROGRAMA DA TV CÂMARA



SEGUNDA GUERRA MUNDIAL. Programa destacou a participação dos pracinhas brasileiros no conflito

CÂMARA DO TEMPO. ACESSSE A PLAYLIST DO PROGRAMA



Fábio Pereira/CMSJC



Jogo São José X Taubaté - Estádio Martins



X Taubaté - Estádio Martins



Amado/Arquivo Público



Amado/Arquivo Público

CÂMARA DO TEMPO. Novo programa da TV Câmara estreou em fevereiro e é apresentado por Bruno Castilho



Arquivo Público



Bruno Castilho

História. Foto do reservatório de água de Santana, de 1944, é o ponto de partida do episódio sobre a Igreja Matriz



Reprodução/TV Câmara

Vila Maria. Inauguração do Viaduto Marcílio Fiori, em 1976, foi tema do terceiro episódio do programa



Fábio Pereira/CMSJC

Clássico do Vale. Programa conta a história de uma partida entre São José e Taubaté, disputada no estádio Martins Pereira, em 1981, pelo Campeonato Paulista

“CÂMARA DO TEMPO” ESTREIA NA TV LEGISLATIVA

Para embarcar nessa viagem, assista ao programa quinzenal às quartas-feiras às 15h ou no Youtube

Uma fotografia do reservatório de água de Santana tirada em 1944 em que a Igreja Matriz de São José dos Campos aparece é ponto de partida para o primeiro episódio do novo programa “Câmara do Tempo”, que estreou em fevereiro pela TV Câmara. A produção do canal legislativo se propõe a contar fragmentos da história da cidade contextualizando a época retratada na conjuntura do país e do mundo.

No primeiro programa, historiadores contam como era essa região da cidade naquela época, chamada fase sanato-



Reprodução

rial, e o apresentador Bruno Castilho mostra o mesmo local hoje. Bem perto dali, nas proximidades do terminal rodoviário central, fica o Monumento ao Expedicionário. É o gancho para rememorar a participação dos pracinhas do Vale do Paraíba durante a II Guerra Mundial. Para isso, a equipe do programa foi até o museu do 6º Batalhão de Infantaria Leve do Exército, sediado na vizinha Caçapava.

E essa viagem no tempo não seria completa se não falasse da cultura da época. O quadro Almanaque Retrô revela quem eram os artistas, músicas e fil-

mes que faziam sucesso, como a animação Los Tres Caballeros, com o personagem Zé Carioca, de Walt Disney.

Outro episódio tem como destino o ano de 1981, a partir de uma foto do clássico do futebol valeparaibano entre os times de São José e Taubaté disputado no Estádio Martins Pereira.

Naquele ano, a Águia do Vale estreava na elite do futebol

estadual e foi o primeiro duelo entre os times na primeira divisão do campeonato paulista. O ex-jogador Nenê e um torcedor são os entrevistados que relembram o contexto e a atmosfera do jogo vencido pela equipe de Taubaté na tarde de domingo, 5 de julho. Na cultura, 1981 marcou o lançamento do filme Indiana Jones e a Arca Perdida. No Brasil, a canção

“Purpurina” (Lucinha Lins) bateu “Planeta Água” (Guilherme Arantes) no Festival da Nova Música Popular Brasileira.

O terceiro programa aborda a inauguração do viaduto Marcílio Fiori, na Vila Maria, em 25 de maio de 1976. Estavam presentes autoridades como o então ministro dos Transportes, Dirceu Araújo Nogueira; o governador de São Paulo, Paulo Egídio

Martins, e milhares de cidadãos. O ex-prefeito Ednardo de Paula Santos conta que a obra visava o acesso à fábrica da Tecelagem Parahyba sem interromper o fluxo da ferrovia por onde passariam trens expressos. São da mesma época os projetos do Anel Viário, ligando as regiões norte e sul da cidade sem passar pela Dutra, e do Paço Municipal, que reuniu a estrutura

administrativa antes dispersa. Na cultura, Elis Regina lançou o álbum Falso Brilhante e Djavan seu primeiro disco. O filme Rocky, as bandas Queen e Abba faziam sucesso.

Assista ao “Câmara do Tempo” quinzenalmente às quartas-feiras às 15h no canal 12.3 aberto, 7 da Claro e 9 da Vivo, ou no Youtube da emissora legislativa ■



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

DIA INTERNACIONAL PROGRAMAS DO CANAL LEGISLATIVO ABORDARAM VIOLÊNCIA, FEMINICÍDIO, IGUALDADE E CONQUISTA DE DIREITOS



Tá Ligado na Cidade. Equidade de gênero foi tema



Mês da Mulher. TV Câmara destacou o tema em março



Sobre Política. Como ter protagonismo na sociedade?

TV CÂMARA RETRATA REALIDADE FEMININA EM MARÇO

“Diálogos da Cidade”, “Sobre Política” e “Tá Ligado na Cidade” discutem os desafios enfrentados pelas mulheres

O programa “Diálogos da Cidade” que foi ao ar na primeira semana de março discutiu violência doméstica e feminicídio com a delegada da Delegacia da Mulher de Taubaté, Elisângela Cruz Estefano, a diretora do Centro Dandara, em São José dos Campos, Fabiana Costa do Amaral, e a professora e pesquisadora em Direito, Patrícia Bertolin.

As especialistas salientaram que não há um perfil de agressor e de vítima e a importância do acolhimento pelos órgãos públicos e pela sociedade para romper o ciclo da violência e evitar o crime logo nos primeiros sinais de alerta, que são o controle e o isolamento. O Brasil bateu recorde de assassinatos de mulheres tipificados como feminicídios em 2024 e 2025, com 1.458 e 1.518 vítimas em cada ano respectivamente, o que representa 4 mulheres mortas por dia no país.

Já o “Sobre Política”, também exibido no início do mês, lembra que exercer papéis de protagonismo na sociedade, estudar, traba-



Diálogos da Cidade. Violência doméstica e feminicídio foram temas do programa, com a participação de delegada e de pesquisadora

lhar, votar e se candidatar é fruto da luta das gerações precedentes.

A produção entrevistou a ve-redora Juliana Fraga (PT),

QRCODE. ACESSO O CANAL DA TV CÂMARA NO YOUTUBE



uma das duas parlamentares atuais de São José dos Campos. Ela comenta a cota obrigatória de no mínimo 30% de candidatas mulheres nas eleições para as Câmaras Municipais, Assembleias Legislativas e Câmara dos Deputados e a cota de gênero no financiamento de campanha (também 30% dos recursos do partido e do tempo de rádio e TV).

O programa ainda aborda os desafios enfrentados no mercado de trabalho, no empreendedorismo feminino, sobretudo em ramos de predominância masculina. Além do viés algorítmico na inteligência artificial, que reproduz no mundo virtual pa-

drões estereotipados de desigualdade reais.

E o “Tá Ligado na Cidade” recebeu a professora de Direito, Juliana Cunha, para falar de equidade de gênero, além de leis e discussões no Brasil e em outros países sobre licenças maternidade, paternidade e licença parental, licença menstrual e política pública contra a pobreza menstrual, discriminação salarial e Política Nacional de Cuidados.

Em âmbito municipal, a Câmara aprovou no ano passado a lei 11.202/25 que trata da igualdade de premiação, financeira e simbólica, entre homens e mulheres em eventos e competições esportivas, artís-

ticas, científicas, tecnológicas, culturais ou literárias realizadas em São José dos Campos.

Conheça a programação e assista à TV Câmara no canal 12.3 aberto, 7 da Claro e 9 da Vivo. Todos os programas ficam disponíveis no Youtube depois de exibidos pela emissora legislativa. ■

4

MORTES POR DIA
Brasil bateu o recorde de feminicídios em 2024 e 2025, com 1.458 e 1.518 vítimas, respectivamente



CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

INFORME PUBLICITÁRIO

OVALE
BrandStudio

CONTEÚDO PATROCINADO

BASTIDORES ALUNOS CONHECERAM A ESTRUTURA DA TV LEGISLATIVA, PASSANDO PELA REDAÇÃO, ESTÚDIO E SALA DE CORTE E TRANSMISSÃO

UNIVERSITÁRIOS DE COMUNICAÇÃO VISITAM A TV CÂMARA DE SÃO JOSÉ



Uma turma de 8 alunos do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Anhanguera visitou a TV Câmara de São José dos Campos, no dia 16 de março.

Eles estão cursando uma disciplina sobre produção para TV e cinema com o professor Cleo Andrade e surgiu a ideia de agendar uma visita para conhecer na prática a estrutura e rotina da TV legislativa local.

Os estudantes fizeram um tour guiado pelas instalações do Departamento de Comunicação da Câmara Municipal começando pelo estúdio, onde puderam ver os bastidores de gravação do programa Estação Mercado, que apresenta características das diferentes profissões e possibilidades de trabalho atuais.

Em seguida, passaram pelas salas de corte e transmissão, edição e pela redação, onde produtores, repórteres e apresentadores preparam



12.3

É O CANAL DA TV CÂMARA na televisão aberta; a emissora legislativa também pode ser sintonizada no canal 7 (Claro) e 9 (Vivo)

pautas de matérias e entrevistas, e depois pelo setor de assessoria de imprensa institucional.

Durante a visita, a diretora da TV Câmara, Gisele Lopes, e o chefe de produção, Lucas Guerra, explicaram que a programação do canal é vol-

tada à cobertura das sessões legislativas e transparência das atividades parlamentares, com a finalidade de informar a população sobre assuntos atuais e relevantes para os moradores, temas de interesse público e cidadania. Além do foco na votação de leis,

discussões políticas, solenidades, audiências públicas e eventos, a grade da emissora compõe um conjunto de conteúdos variados como cultura, esporte, saúde e bem-estar, educação, voluntariado e memória da cidade.

Os programas são exibidos na TV aberta (canal 12.3), 7 da Claro e 9 da Vivo; ficam disponíveis para assistir no Youtube e contam com interpretação em Libras - Língua Brasileira de Sinais.

A diretora de imprensa, Fernanda Melo, falou sobre as campanhas de publicidade institucional nos veículos de comunicação com o objetivo de alcançar a população que não acessa ou segue os canais oficiais do órgão.

Para agendar uma visita, o professor ou responsável pelo grupo deve entrar em contato com a assessoria de Relações Institucionais da Câmara pelo e-mail visiteacamara@camarasjc.sp.gov.br. O programa também recebe ONGs, associações e outras instituições. ■

A CÂMARA! TÁ ON!

Oi, amiga! Tudo bem?

Tudo e vc?
Hoje tem sessão
na Câmara, hein?

Tô sabendo!

Vou acompanhar
pela TV Câmara!
Temos que estar por
dentro do que acontece
na nossa cidade, né 😊



Canal 7 da Claro
Canal 9 da VIVO
Canal 12.3 TV aberta

www.camarasjc.sp.gov.br

   @tvcamarasjc

  @camarasjc



**CÂMARA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

O nosso papel é representar você.